



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO Nº 43/2015

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 30 de Junho de 2015

MOÇÃO

A SAÚDE, 4 ANOS DEPOIS DO MEMORANDO E DA TROIKA

Com a instauração da democracia, em Abril de 1974, operou – se uma extraordinária mudança em Portugal. Os portugueses conseguiram, através do seu esforço e capacidade, garantir um surpreendente desenvolvimento económico e social e o país transformou – se profundamente.

O Serviço Nacional de Saúde foi sem qualquer dúvida um dos pilares fundamentais dessa transformação.

Considerado um dos melhores e mais eficientes do mundo (12º lugar em 194 países pela classificação da O M S) foi um dos principais responsáveis pela melhoria sem precedentes do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos portugueses e mudou radicalmente os indicadores de saúde então existentes.

Basta citar a evolução da esperança média de vida (que passou de pouco mais de 60 anos para os 80 anos) e da mortalidade materna e infantil (onde passamos de 55/1000 para os actuais 3/1000, uma das mais baixas do mundo) para percebermos o imenso caminho andado.

O S N S português, fundado no modelo Beveridgiano (serviço público, financiado por impostos e universal e gratuito no momento da prestação) enquadrou – se no modelo de Serviços de Saúde que hoje sabemos serem os mais eficientes e eficazes na gestão dos sempre insuficientes recursos disponíveis para a Saúde.

Foi assim que Portugal se dotou de estruturas prestadoras de cuidados de saúde (Centros de Saúde e Hospitais), formou profissionais de saúde muito qualificados e disponibilizou – os aos cidadãos em qualquer ponto do território, modernizou e equipou as Instituições prestadoras e garantiu as vertentes da prevenção, da reabilitação e dos cuidados de fim de vida.

Os resultados estão a vista e sabemos que muito do que se fez foi modelar e uma experiência de estudo para outros países. Falamos dos Cuidados de Saúde Primários, cuja reforma, conceptualmente muito avançada, foi congelada pela troika e pelo governo seu representante.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Falamos de varias áreas de excelência em termos de cuidados hospitalares, como a Oncologia, onde os indicadores mostram que estamos ao nível do que de melhor se faz na Europa gastando cerca de metade da media desses países, ou da investigação científica medica, em que vários cientistas portugueses desenvolvem projectos liderantes nas respectivas áreas.

Tudo isto se conseguiu desenvolvendo a competência e a capacidade dos vários grupos profissionais envolvidos, criando as condições para o trabalho em equipa, apoiando e financiando adequadamente as Instituições e mantendo um nível de exigência elevado, através de lideranças de mérito e reconhecidas inter pares.

O Serviço Nacional de Saúde foi, aliás, a instituição portuguesa (pública ou privada) que maior reconhecimento internacional obteve, obtendo excelentes avaliações das entidades envolvidas neste tipo de acção.

A sua qualidade permitiu, aliás, suportar o crescimento da economia, sabendo-se que cada euro investido no sistema de saúde gera um retorno de 50 cêntimos de euro para a economia. E sabemos, pelos dados publicados, que os países mais desenvolvidos são os que têm melhores serviços de saúde.

Mas a troika e o respectivo memorando chegaram e o governo que os acolheu resolveu ir além das suas recomendações.

Com um carácter fundamentalista e uma matriz ideológica neoliberal, apressaram - se a por em pratica não apenas o exigido mas também, certamente pouco conhecedores das experiências ocorridas noutros países, toda uma cartilha privatizadora inspirada na acção de Margaret Thatcher, cujos resultados são hoje conhecidos no Reino Unido e que em Portugal não hesitaram em replicar.

O aperto orçamental brutal num contexto de suborçamentação crónica, a destruição das equipas com o recurso sistemático a mão-de-obra precária fornecida por empresas de trabalho temporário, a destruição de carreiras profissionais e o errado sistema de contratação adoptado, a redução dos serviços prestados aos cidadãos a nível dos cuidados primários, a indisponibilidade de acesso a cuidados de saúde pela falta de profissionais, a concentração de valências e especialidades a nível hospitalar, a nomeação de dirigentes apenas por critérios de confiança política, para mencionar apenas alguns, foram as opções seguidas durante estes anos.

Assim vieram as limitações no acesso a cuidados, as pressões sobre os profissionais para lhes condicionar a acção, a degradação dos ambientes de trabalho, os cortes em meios de diagnóstico e tratamento, os copagamentos a que chamam taxas moderadoras, o desvio de recursos do público para o privado, o desinvestimento em equipamentos e instalações, a degradação da qualidade do acolhimento dos doentes, as alterações à comparticipação de medicamentos em desfavor dos cidadãos doentes, os cortes salariais e a intensificação dos ritmos de trabalho.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As consequências ainda não estão todas determinadas, mas o resultado desta calamitosa política de saúde já começa a mostrar alguns dos seus contornos.

Desde a cada vez maior dificuldade para aceder a cuidados de saúde até a incapacidade para cumprir a terapêutica prescrita pelo médico que atinge já cerca de 10 a 20 % dos doentes, passando pelo caos nas Urgências e pelo excesso de mortalidade registado no ano corrente quando comparado com o ano anterior (que se estima ser superior a 5.000 óbitos), vemos o que nos espera dentro de dois a três anos.

A nível regional também se sentiram os efeitos desta política.

Os Cuidados Primários perderam médicos e outros profissionais, os períodos de atendimento aos cidadãos doentes foi reduzido, o recurso a urgência hospitalar e sobretudo a gravidade dos casos admitidos aumentou.

Os Hospitais reduziram valências e defrontam – se com uma grave carência de recursos humanos em algumas áreas de especialidade (como por exemplo a Anestesia), a desorganização impera e a degradação das condições de atendimento generalizou – se na Península de Setúbal, de que é exemplo a situação vivida nos Serviços de Urgência e que todos conhecemos.

Esperam – se mais reduções na dotação orçamental dos serviços, o que os tornará inviáveis, e a já anunciada constituição do Grupo Hospitalar da Península de Setúbal, que ira certamente condicionar a actividade dos 3 Hospitais envolvidos e levar a cortes em termos de pessoal e de verbas disponíveis para o seu funcionamento

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida a 30 de Junho de 2015, manifesta:

- 1 – A sua mais firme oposição a esta política de destruição do serviço Nacional de Saúde
- 2 – A necessidade de garantir uma inversão destas acções, traduzida na retoma do adequado financiamento e desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde.
- 3 – A sua posição de firme defesa do Serviço Nacional de Saúde, através da exigência de uma garantia de preservação do seu modelo publico de organização e financiamento.
- 4 – A sua exigência de reposição das condições de funcionamento dos serviços, quer a nível dos Cuidados Primários quer a nível Hospitalar, garantindo as necessárias condições de dotação em pessoal e meios técnicos bem como o seu respectivo enquadramento logístico, técnico e organizativo, na salvaguarda das premissas da segurança e qualidade.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5 – A exigência da participação dos cidadãos e das suas estruturas representativas, nomeadamente as Autarquias, na discussão das questões relativas à organização dos Serviços e respectiva dotação em termos técnicos e humanos

6 – A sua mais viva censura pela forma como muitos cidadãos portugueses têm sido privados do exercício do seu direito constitucional à protecção da Saúde, através da limitação do acesso à prestação de cuidados de saúde.

Aprovado por maioria, com 29 votos a favor da CDU, do BE, do PS e do MCI e 2 votos contra do PSD.

Barreiro, 30 de Junho de 2015

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico Pereira